



Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas sobre Marx e o Marxismo

Marx e o Marxismo 2011: teoria e prática

Universidade Federal Fluminense – Niterói – RJ – de 28/11/2011 a 01/12/2011

TÍTULO DO TRABALHO			
O Passado Recente da Economia Brasileira: o último ciclo antes da crise do subprime			
AUTOR	INSTITUIÇÃO (POR EXTENSO)	Sigla	Vínculo
Antonio Carneiro de Almeida Júnior	Universidade Federal do Paraná	UFPR	Aluno
RESUMO (ATÉ 20 LINHAS)			
<p>Não é possível entender a situação corrente de uma economia sem analisarmos o seu passado. É isto que nos indica a Teoria Marxista das Crises Cíclicas de Superprodução, particularmente a interpretação desta feita pelo Professor Doutor Nelson Rosas Ribeiro. Com base nesta teoria, o presente artigo constitui uma análise do último ciclo econômico da economia brasileira, antes da sua entrada na crise de superprodução mundial deflagrada pelo estouro da bolha imobiliária do mercado financeiro estadunidense. Aqui, temos por objetivos verificar se a teoria que nos orienta se presta a explicar a realidade brasileira, periodizar o último ciclo desta economia e buscar nele as causas do abrandamento dos efeitos da crise no Brasil. A análise foi feita através da leitura de bibliografia selecionada e da coleta de dados secundários da economia brasileira elaborados por alguns institutos de pesquisa de renome. Concluiu-se primeiramente que a teoria mencionada reflete a realidade econômica brasileira. Em segundo lugar, concluiu-se que o último ciclo da economia do Brasil pode ser periodizado da seguinte maneira: 1998 e 1999: crise; 2000 e 2001: depressão; 2002 a 2005: animação média; 2006 ao segundo trimestre de 2008: auge; terceiro trimestre de 2008: crise. Por fim, concluiu-se que o baixo crescimento da economia brasileira durante o ciclo analisado e as políticas anticíclicas adotadas pelo governo brasileiro reduziram a intensidade da crise de superprodução enfrentada por esta economia.</p>			
PALAVRAS-CHAVE (ATÉ TRÊS)			
Crise; Superprodução; Marx; Economia Brasileira			
ABSTRACT			
<p>It is not possible to understand the current situation of one economy without analyzing its past. That is what the Marxist Theory of Cyclical Crisis of Overproduction indicates to us, particularly its interpretation given by Professor Doctor Nelson Rosas Ribeiro. With this theory as basis, the present paper is an analysis of last Brazilian economy's Business Cycle, before its entrance in the world overproduction crisis triggered by the burst of the U.S. financial market housing bubble. Here, our objectives are to verify if our guide theory can explain Brazilian reality, periodize this economy's last cycle and search, on it, for the causes of crisis effect mitigation in Brazil. This analysis was done by selected bibliography reading and collection of secondary data of Brazilian economy elaborated by a few renowned research institutes. It was concluded, first of all, that the mentioned theory reflects Brazilian economic reality. Second of all, it was concluded that Brazil's last business cycle has the following periods: 1998 and 1999: crisis; 2000 and 2001: depression; 2002 to 2005: expansion; 2006 to second quarter of 2008: peak; third quarter of 2008: crisis. At last, it was concluded that Brazilian low growth during the analyzed cycle and the countercyclical policies adopted by Brazilian government reduced the overproduction crisis intensity faced by this economy.</p>			
KEYWORDS			
Crisis; Overproduction; Marx; Brazilian Economy			

1 INTRODUÇÃO:

É denominado de ciência todo ramo de estudo que tem por objeto de análise um conjunto composto por fenômenos regidos por leis. Assim, “la tarea del conocimiento científico consiste precisamente en conocer los fenómenos de la naturaleza y de la sociedad como fenómenos

necesarios y sujetos a leyes; sin ello no sería posible actuar prácticamente con éxito sobre las fuerzas de la naturaleza.” (ROSENTAL, STRAKS, 1958, p. 2).

Se é dado à Economia o *status* de Ciência Econômica, isto, portanto, se deve ao fato de que o objeto de estudo desta também é regido por leis. É neste sentido que, segundo relatos de Hansen (1951, p. 216-218 apud RIBEIRO, 2000, p. 7) e de Mitchell (1927, p. 211 apud RIBEIRO, 2000, p. 7), logo após as primeiras ocorrências das crises econômicas no Modo de Produção Capitalista, Willard Phillips, em 1828, e John Wade, em 1833, já as viam como um fenômeno periódico. Wade, inclusive, chegou a chamá-las de “ciclo comercial” que, para ele, caracterizavam-se por compreender “períodos de prosperidade e depressão” (Wade, 1833, p. 211 apud RIBEIRO, 2000, p. 7).

As crises no Modo de Produção Capitalista, desde estes tempos, têm se repetido de forma cada vez mais regular. Sabemos que quando um determinado fenômeno se repete com certa regularidade, podemos atribuir a ele o caráter de lei. Para designarmos, no entanto, que é o mesmo fenômeno que está se repetindo, é necessário, primeiramente, que identifiquemos nestas ocorrências características gerais que são comuns a elas. No momento em que estas características são identificadas, elas encontram sua expressão ideal sob a forma de um conceito teórico. Em outras palavras, quando nos desvencilhamos das aparências dos fenômenos e observamos a conexão existente entre eles, as características comuns a eles, conseguimos descobrir sua essência e podemos criar um conceito ou uma categoria que reflita esta essência.

Tomemos o conceito cadeira por exemplo. Existem cadeiras de três, quatro, cinco pernas; com estofados; com ou sem encosto para braço, etc., mas todas elas têm uma característica em comum: são um objeto que serve para sentar. A despeito das várias formas que as cadeiras podem possuir, elas servem ao mesmo propósito.

O mesmo raciocínio poderia ser reproduzido para uma análise das crises no Modo de Produção Capitalista. No entanto, ao invés de buscarmos as conexões entre estas crises, as características em comum que estas possuem, nos parece que a maioria dos economistas está em busca das suas diferenças, encarando, portanto, cada uma delas como um fenômeno particular. Se quisermos ser um pouco mais maliciosos, poderíamos dizer que eles parecem ignorar a existência de qualquer relação entre cada uma das repetições deste fenômeno. Atêm-se à aparência assumida por ele e deixam sua essência, o mais importante, de lado. Não é de se admirar, portanto, a quantidade de resultados catastróficos que se obtém ao fazer uso destas teorias econômicas.

Para cada nova crise, há uma nova explicação para a sua ocorrência. Tivemos crises do petróleo, crises causadas por atentados terroristas ou pela ganância de especuladores estadunidenses, etc. Atualmente, por exemplo, se trata da crise vivida nos países da Europa como se

esta não tivesse relação alguma com a crise deflagrada pelo estouro da bolha imobiliária do setor financeiro norte-americano e a postura adotada pelos países europeus diante deste quadro.

No Brasil, a falta de uma postura científica na análise da situação econômica também gerou maus resultados. Logo após o estouro da bolha imobiliária do sistema financeiro estadunidense, falava-se do descolamento dos países emergentes e que esta crise não atingiria nosso país. A “marolinha”, no entanto, virou um *tsunami* que resultou em um decréscimo do PIB em 2009. Após isto, falava-se que a crise não tinha nada que ver com o Brasil: era algo que havia sido exportado para nós pelos Estados Unidos.

Do pouco que dissemos aqui, já se torna claro que a postura adotada por tais economistas distancia-se bastante de uma postura científica. Não queremos nos ater a discussão dos motivos pelos quais estes o fazem, pois, além disto ultrapassar os objetivos do presente trabalho, julgamos que esta não seja o que se poderia chamar de tarefa gloriosa. Queremos apenas chamar a atenção para o fato de que chegaríamos a conclusões amplamente distintas das obtidas por tais economistas se nos utilizássemos de um método científico.

Julgamos de suma importância analisar a atual situação da economia no Brasil cientes das leis que regem a sua dinâmica, pois somente desta maneira poderemos prever seus movimentos futuros e apontar as medidas que devem ser tomadas após tomar consciência do que pode ou não ser feito.

É neste sentido que propomos analisar a questão de uma maneira diferente, empreender uma análise que tenha por base uma teoria econômica que busque identificar as leis da dinâmica capitalista. É, portanto, a Teoria Marxista das Crises Cíclicas de Superprodução que teremos por base, mais particularmente a interpretação desta elaborada pelo Professor Doutor Nelson Rosas Ribeiro¹.

Partindo de um método científico, a mencionada teoria identifica as crises no capitalismo como uma lei deste modo de produção que existirá enquanto este existir. Não empreenderemos uma descrição detalhada do desenvolvimento teórico levado a cabo para se chegar a tal conclusão, uma vez que isto já foi feito anteriormente pelo pesquisador referido anteriormente. Mas, julgamos importante destacar algumas das conclusões as quais tal teoria chega.

A primeira característica comum às crises capitalistas identificada pela teoria é o fato de que todas elas constituem crises de superprodução. É neste sentido que se identifica como conteúdo das crises “a produção de um volume crescente de mercadorias, e de uma quantidade crescente de consumidores e ao mesmo tempo a criação de barreiras que impedem o consumo.” (RIBEIRO,

¹ Esta interpretação foi desenvolvida em RIBEIRO, N. R. A Acumulação do Capital no Brasil: expansão e crise. 1988. Tese (Doutorado em Economia) – Instituto Superior de Economia, Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, Portugal e em RIBEIRO, N. R. A Crise Econômica: uma visão marxista. 1ª Ed. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB. 2008;

2002). É necessário, no entanto, interpretar tal afirmação. A produção de um volume crescente de mercadorias implica em um crescimento contínuo de capital sob as formas dinheiro, mercadoria e produtivo (visto que a produção de mercadorias só se pode realizar através da circulação do capital, na qual este tem que assumir as referidas formas). Além disso, o conceito mercadoria engloba também a mercadoria capital, ou seja, o capital bancário. Assim, o significado preciso desta informação é que as crises têm por conteúdo uma superprodução de capital sob todas as suas formas².

Analisando as crises do ponto de vista do par de categorias cause e efeito, a teoria que temos por base concluir que a causa das crises constitui:

[...] a contradição entre o caráter social da produção e a forma de apropriação privada capitalista. É esta contradição que se manifesta como contradição entre produção e consumo, como desproporcionalidade entre os diferentes ramos, como anarquia da produção, como contradição entre o desenvolvimento absoluto das forças produtivas e a base estreita das relações de consumo e etc. É esta a causa fundamental das crises de superprodução e é por isso que tais crises são inerentes ao capitalismo, são uma lei econômica deste sistema. (RIBEIRO, 2008, p. 133).

Por fim, é necessário acrescentar que as crises no Modo de Produção capitalistas se repetem com uma certa regularidade, o que atribui a elas um caráter cíclico. O que dita o ritmo desta ciclicidade, por sua vez, é o tempo de depreciação do capital constante fixo (depreciação em termos físicos e morais). As observações empíricas têm mostrado que o tempo base para cada ciclo é um período que varia de 7 a 11 anos e o fenômeno é conhecido como Ciclo de Juglar.

Com base nesta teoria, pretendemos analisar o último ciclo econômico da economia brasileira antes da sua entrada na crise mundial deflagrada pelo estouro da bolha imobiliária do mercado financeiro estadunidense. É somente através desta análise que seremos capazes de explicar a atual situação da economia brasileira.

Recentemente, o Brasil tem atraído a atenção dos demais países do globo após experimentar uma rápida recuperação econômica em meio à crise internacional. Não só julgamos que esta recuperação não ocorreu por acaso, como também julgamos que as razões para sua ocorrência podem ser encontradas através da análise referida anteriormente.

² Este par de conceitos pode ser entendido da seguinte forma: “En el mundo objetivo, el contenido es el aspecto interno de los objetos. Este aspecto representa un conjunto de elementos y procesos que constituyen el fundamento de la existencia y del desarrollo de las cosas. La forma es la organización, la estructuración del contenido. En los fenómenos, que pertenecen a la esfera del conocimiento, la forma es la expresión del contenido.” (ROSENTAL, STRAKS, 1958, p. 197);

Para realizarmos esta análise, no entanto, é necessário, em primeiro lugar, atestar se a teoria que temos por base reflete a realidade da economia brasileira. Esta verificação constituirá, portanto, o primeiro objetivo específico do presente trabalho.

Após emprendermos esta verificação, passaremos ao estudo do último ciclo da economia brasileira a fim de realizarmos uma periodização deste e identificarmos suas peculiaridades. Isto, por sua vez, constituirá o segundo objetivo específico do presente trabalho.

Nosso objetivo será cumprido através da leitura de bibliografia selecionada e da coleta de dados secundários referentes à economia brasileira. A análise dos dados coletados terá sempre por base o método materialista dialético. Daremos especial atenção ao processo de transformação de quantidade em qualidade, pois estas duas categorias serão de suma importância para o que nos propomos a fazer aqui. Acompanharemos as variações quantitativas dos indicadores sempre tendo em mente que, ao ultrapassarem determinado limite, desencadeia-se uma transformação qualitativa do fenômeno analisado. Estes limites, por sua vez, já são estabelecidos pela teoria que temos como base.

Julgamos que os resultados obtidos com o presente trabalho serão capazes de fornecer uma explicação para a rápida recuperação da economia brasileira e servirão de base para estudos da atual situação desta.

2 AS CRISES CÍCLICAS DE SUPERPRODUÇÃO: UMA LEI DAS ECONOMIAS CAPITALISTAS:

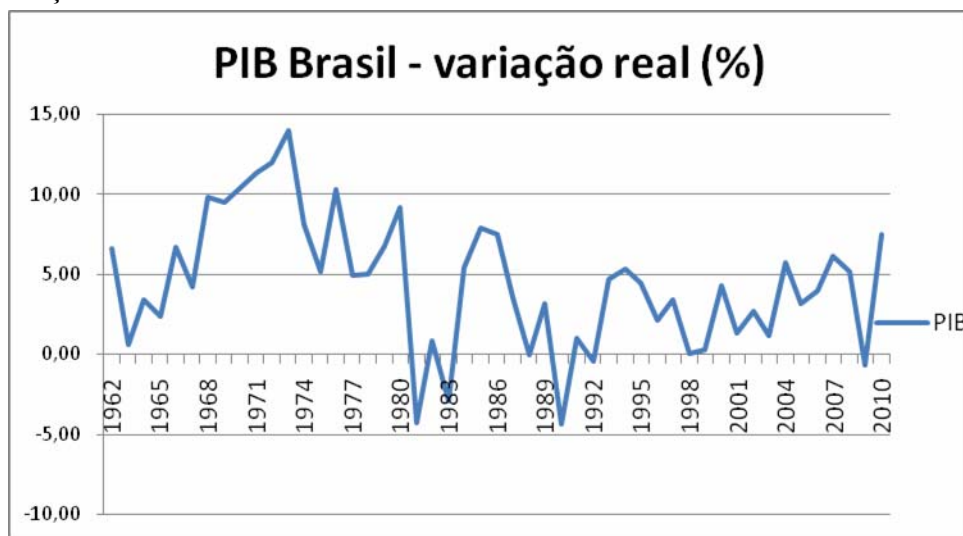
Para que uma economia capitalista passe a integrar o movimento cíclico mundial, é necessário que se complete o processo de “internalização” do capital em tal economia. Enquanto isto não ocorre, as crises locais serão apenas reflexos das crises mundiais, ou seja, crises refletidas. A economia brasileira não foge a esta regra.

Segundo Ribeiro (1988), o processo de “internalização” do capital chegou ao fim na economia brasileira no início da década de 60. Desde então, a dinâmica interna do país tornou-se capaz de gerar seu próprio movimento cíclico, o que se evidencia pela peculiaridade da sua primeira crise cíclica. A partir daí, esta economia entra em sincronia com o movimento cíclico mundial.

Das variáveis que nos permitiriam observar o movimento cíclico, a mais indicada são as taxas de crescimento do Produto Interno Bruto, pois elas mostram o crescimento da atividade econômica em todo o país. Além disso, para eliminar a influência da inflação, utilizamo-nos da variação real do PIB. Lamentamos o fato de não termos uma variável mais rigorosa para o estudo do movimento cíclico, uma vez que a metodologia usada para o cálculo dos setores que compõem o

PIB de qualquer economia no mundo é baseada na teoria neoclássica. Entretanto, mesmo com tais dificuldades, o movimento cíclico ainda pode ser evidenciado, como mostra o gráfico da figura 1.

Figura 1 - Variação Real do PIB da Economia brasileira:



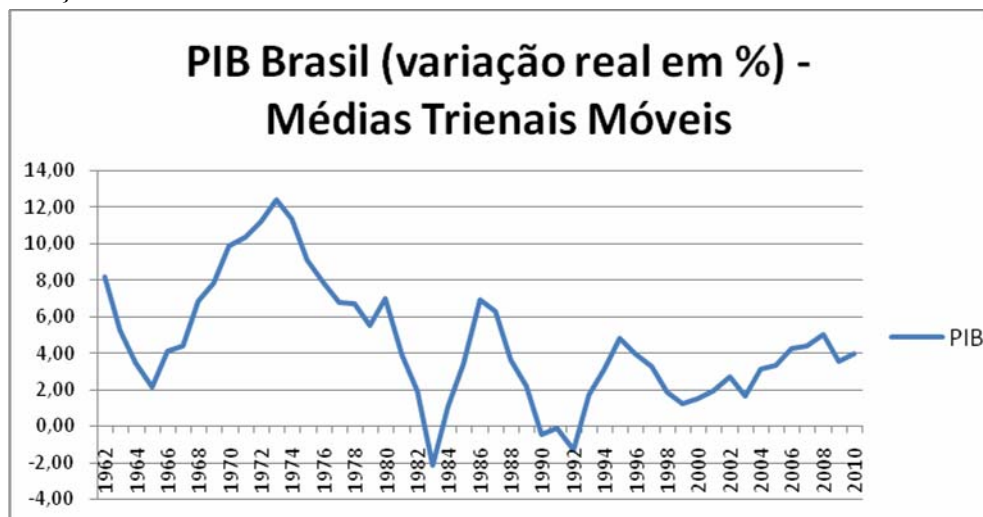
Fonte: IBGE/SCN 2000 anual.

A observação dos dados fornecidos já torna possível a visualização do movimento cíclico. Entretanto, esta é prejudicada pelos impactos causados pelas políticas econômicas dos governos ao longo dos anos. Desta forma, para observar melhor a tendência do movimento, vamos utilizar dois recursos. O primeiro são as Médias Trienais Móveis e o segundo é o Filtro Hodrick-Prescott. A utilização de tais recursos para o tratamento dos dados gerou os gráficos das figuras 2 e 3, apresentadas a seguir.

A observação do movimento cíclico nas referidas figuras já se torna bem mais fácil. Entretanto, pelo fato de deslocarem no tempo os pontos de mínimo e de máximo das curvas, eles amaciam os ciclos de tal forma que escondem os movimentos cíclicos de pequena intensidade, como a crise ocorrida após o milagre econômico brasileiro. Se observarmos os dois últimos gráficos no período que vai do início da década de 70 ao início da década de 80, aparentemente ocorre uma única crise em 1974 e o processo de destruição de capital arrasta-se até o início da década de 80.

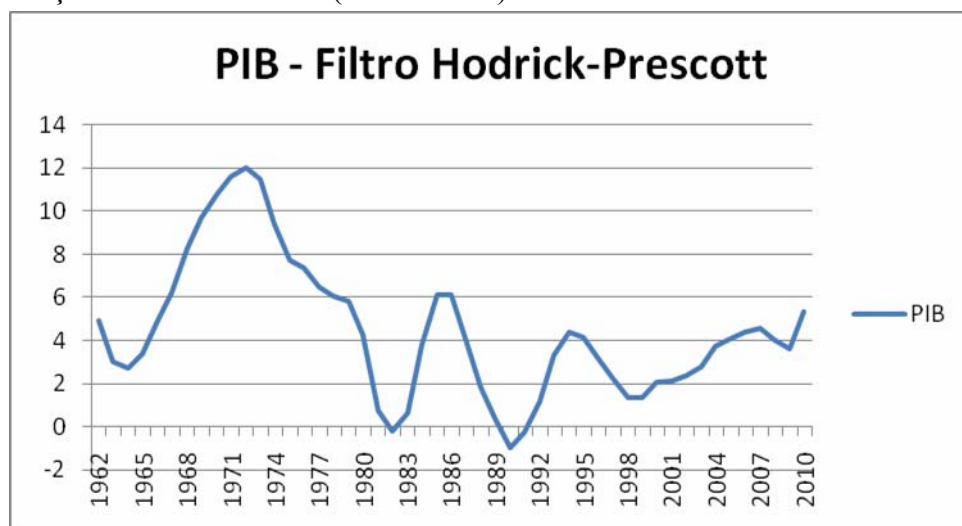
Por isso, para atestar a quantidade de movimentos cíclicos e para a periodização cíclica da economia, torna-se necessária a utilização dos dados brutos. Através da observação destes e fundamentados em estudos anteriores, constatamos a ocorrência de cinco movimentos cíclicos na economia brasileira no período utilizado. Assim sendo, considerando o período de 47 anos (1962-2008, da primeira até a última crise), verifica-se a validade do período base do Ciclo de Juglar, com cada ciclo durando em média 9,4 anos.

Figura 2 - Variação Real do PIB brasileiro tratada através das Médias Trienais Móveis:



Fonte: elaboração própria a partir dos dados do gráfico da figura 1.

Figura 3 - Variação do PIB brasileiro (1962 - 2008) tratada através do Filtro Hodrick-Prescott:



Fonte: elaboração própria a partir dos dados do gráfico da figura 1.

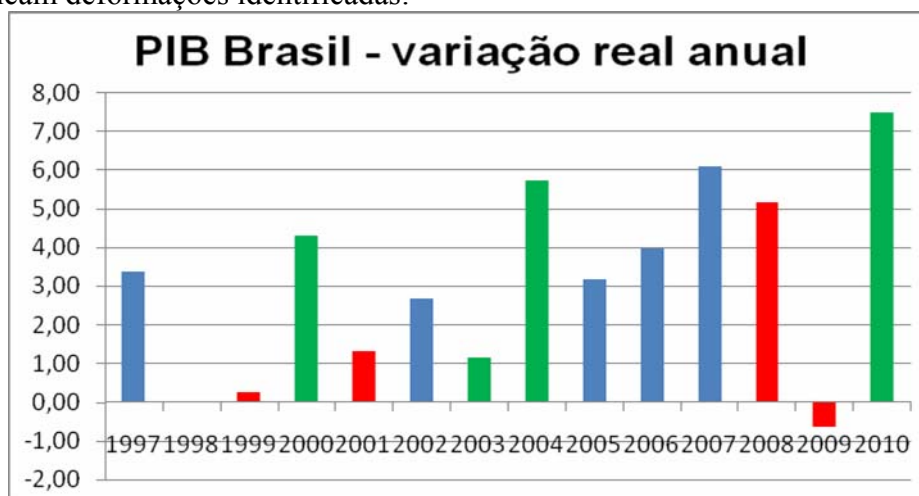
A apreciação feita por nós, portanto, demonstra que tanto a Teoria das Crises Cíclicas de Superprodução quanto o Ciclo de Juglar se prestam a explicação da realidade econômica brasileira.

3 A PERIODIZAÇÃO DO CICLO ECONÔMICO BRASILEIRO: 1999-2010

Acabamos de demonstrar que a economia brasileira, desde o início dos anos 60, desenvolve-se através de ciclos de expansão e crise. Tendo isto por base, vamos agora acompanhar seu último movimento cíclico na intenção de efetuar a periodização deste.

A análise de todos os dados coletados, referentes ao período em estudo, nos leva a propor a seguinte periodização para o ciclo econômico brasileiro, expressa na figura 4:

Figura 4 – Variação Real do PIB brasileiro. As barras em azul indicam as fases de animação média ou auge. As barras em vermelho indicam períodos de crise ou depressão. E, finalmente, as barras em verde indicam deformações identificadas:



Fonte: mesma da figura 1.

Feita a proposta de periodização, vamos analisar separadamente cada período de forma detalhadas para expor as razões que nos levaram a ela. É mister comentar que não analisaremos todas as deformações que este ciclo possui. Identificamos todas para chamar atenção para o fato de que, em alguns anos, devido a fatores exógenos, a economia não tem o desempenho previsto pela teoria. Assim como outros fenômenos identificados por nós anteriormente, este deve ser objeto de estudos posteriores, inclusive de estudos críticos acerca de nossa análise.

3.1 1998 e 1999: CRISE

O instrumental teórico que serve de base para a elaboração do presente trabalho caracteriza como crise o momento que vai do início da desaceleração da atividade econômica do país até a sua chegada na taxa mínima. Ou seja, caracterizamos como crise todo o período que compreende o processo de destruição de capitais.

O período de crise é precedido pelo auge da atividade econômica, onde se forma uma superprodução latente, que necessita apenas de um agente deflagrador para dar início à crise de superprodução propriamente dita. Esta superprodução latente caracteriza-se por um aumento considerável na oferta ou na capacidade de oferta, em virtude de novos investimentos, que não pode ser acompanhado pela procura. Ocorrido isto, com a “ajuda” do referido agente deflagrador, cessa o estímulo ao setor produtor de bens de capital, o setor I, e inicia-se a queda na demanda, dando início à redução nos ritmos de crescimento do PIB, o que marca a entrada na fase de crise. A análise dos dados relativos à Formação Bruta de Capital Fixo apresentados abaixo na tabela 1 indica a ocorrência do movimento acima descrito.

Tabela 1 – Formação Bruta de Capital Fixo na Economia Brasileira (variação real anual em %):

Ano	1997	1998	1999
Varição Real (%)	8,73	-0,34	-8,20

Fonte: IBGE/SCN 2000 anual.

Como vemos, em 1997, a Formação Bruta de Capital Fixo teve um crescimento considerável e iniciou o processo de queda em 1998. Ou seja, neste ano, cessa o estímulo ao setor produtor de bens de capital, e sua estagnação desestimula a demanda da economia. Para fazer tal afirmação com mais propriedade, vamos primeiro analisar os dados relativos ao consumo na economia brasileira.

Tabela 2 - Consumo Final na Economia Brasileira (variação anual em %):

Anos	1997	1998	1999
Varição Real	2,61	0,21	0,70

Fonte: IBGE/SCN 2000 anual.

Tabela 3 - Consumo Final das Famílias na Economia Brasileira (variação anual em %):

Anos	1997	1998	1999
Varição Real	3,04	-0,61	0,34

Fonte: IBGE/SCN 2000 anual.

De fato, cessado o estímulo ao setor I, a demanda na economia não cresce mais como antes. Entretanto, uma vez transformado o Capital Dinheiro em Capital Produtivo, sendo a forma de um fenômeno a responsável por determinar sua função, a única medida que o capitalista pode tomar é simplesmente produzir. Assim, a classe capitalista brasileira encontra-se em um impasse: devido aos novos investimentos, ela precisa vender mais mercadorias do que antes para manter sua taxa de lucro, enquanto que a demanda, por sua vez, não está forte como anteriormente. Diante disto, procurando um meio termo entre suas tentativas de evitar um acúmulo de estoques e de evitar interromper o fluxo de seu capital, os capitalistas reduzem o ritmo de produção. A situação, mesmo assim, dá origem a um quadro de superprodução generalizada de mercadorias e destruição de capitais, como atestam os seguintes dados:

Tabela 4 - Variação Anual dos Estoques na Economia Brasileira em R\$(milhões):

Anos	1997	1998	1999
Varição de Estoques	523,98	580,51	7.665,62

Fonte: IBGE/SCN 2000 anual.

Tabela 5 - Utilização da Capacidade Instalada da Indústria de Bens de Capital em %:

Anos	1997	1998	1999
Utilização da Capacidade Instalada	81,25	77,00	73,00

Fonte: FGV/Conj. Econômica.

Tabela 6 - Utilização da Capacidade Instalada da Indústria de Bens de Consumo em %:

Anos	1997	1998	1999
Utilização da Capacidade Instalada	84,25	79,00	76,75

Fonte: FGV/Conj. Econômica.

Tabela 7 - Horas Trabalhadas na Indústria (média anual dos índices mensais, 2006 = 100):

Anos	1997	1998	1999
Horas Trabalhadas	102,54	94,95	86,69

Fonte: CNI.

Tabela 8 - Taxa de Desemprego Aberto de Regiões Metropolitanas Brasileiras (ref. 30 dias) em %:

Anos	1997	1998	1999
Taxa de desemprego	6,14	8,35	8,26

Fonte: IBGE/PME Antiga.

Evidencia-se, através da observação da diminuição dos índices de horas trabalhadas, da redução da utilização da capacidade instalada e do aumento do desemprego aberto, que os capitalistas defendem-se da crise diminuindo o ritmo de produção e demitindo seus funcionários, conforme esperado. Isto, contudo, não é suficiente para conter a superprodução, como mostra a variação nos estoques, que “explodem” em 1999, se comparado com os padrões anteriores. Além disso, tanto os índices de inadimplência na economia elevam-se bastante, quanto as operações de crédito encerram sua trajetória ascendente, demonstrando que a crise manifesta-se também através da sua segunda forma: o dinheiro como meio de pagamento, como mostramos a seguir.

Tabela 9 - Inadimplência na Economia Brasileira (média anual dos índices mensais em t-3):

Anos	1997	1998	1999
Índice	9,98	11,87	9,73

Fonte: ACPS/IEGV.

Tabela 10 - Inadimplência na Economia Brasileira (média anual dos índices mensais em t-4)

Anos	1997	1998	1999
Índice	10,17	11,69	9,52

Fonte: ACPS/IEGV.

Tabela 11 - Evolução das Operações de Crédito na Economia brasileira (em r\$ milhões):

Anos	1997	1998	1999
Operações de Crédito	3.242.602	3.198.803	3.396.104
Variação anual em %	9,98	-1,35	6,17

Fonte: Banco Central do Brasil Boletim/Moeda.

De fato, torna-se evidente o quadro de crise de superprodução na economia brasileira no referido período.

3.2 2000 a 2001: DEPRESSÃO

Deparamo-nos, agora, com o que aparenta ser uma deformação no ciclo econômico brasileiro, ou seja, um comportamento atípico do nível de atividade econômica no caso de termos por base a teoria das crises.

Iniciado o processo de destruição de capitais na sociedade, é natural que o ritmo do crescimento econômico desacelere gradualmente até que, uma vez destruído todo o capital em excesso, ele possa voltar a acelerar.

Em vez disso, tivemos, durante a fase de depressão do ciclo, uma elevação considerável do nível de atividade econômica no ano 2000. Não é por menos que este indicador tem uma queda violenta no ano seguinte, uma vez que o processo de destruição de capitais ainda não estava completo.

Cientes, portanto, que o crescimento econômico experimentado pela economia brasileira neste ano constitui um comportamento atípico, apontamos como objeto de análise de estudos posteriores o exame pontual das deformações cíclicas.

Prosseguindo com a análise, vamos iniciar a formação do elenco de estatísticas que atestam a veracidade da periodização que propomos com os dados relativos à produção e ao mercado de força de trabalho. Vejamos o que nos dizem estes dados:

Tabela 12 - Variação Anual dos Estoques na Economia brasileira em R\$(milhões):

Anos	2000	2001
Variação de Estoques	17.106,00	12.982,00

Fonte: IBGE/SCN 2000 anual.

Tabela 13 - Utilização da Capacidade Instalada da Indústria de Bens de Capital em %:

Anos	2000	2001
Utilização da Capacidade Instalada	79,95	79,05

Fonte: FGV/Conj. Econômica.

Tabela 14 - Utilização da Capacidade Instalada da Indústria de Bens de Consumo em %:

Anos	2000	2001
Utilização da Capacidade Instalada	76,50	76,33

Fonte: FGV/Conj. Econômica.

Tabela 15 - Horas Trabalhadas na Indústria (média anual dos índices mensais, 2006 = 100):

Anos	2000	2001
Horas Trabalhadas	90,24	91,80

Fonte: CNI.

Tabela 16 - Taxa de Desemprego Aberto de Regiões Metropolitanas Brasileiras (ref. 30 dias) em %;

Anos	2000	2001
Taxa de desemprego	7,85	6,83

Fonte: IBGE/PME Antiga.

O indicador a chamar mais nossa atenção é a variação dos estoques da economia. Se apreciarmos novamente as tabelas 9, 10 e 11, constatamos não só há uma pequena queda nos níveis de inadimplência da economia como também uma considerável expansão do crédito em 1999. A análise combinada destas três tabelas e da tabela 12 nos fornece uma explicação para o que ocorreu em 2000. Possivelmente incentivados pela diminuição da inadimplência da economia e pela expansão do crédito e também por sentirem-se pressionados a produzir (visto que, uma vez na forma produtiva, se não usado para produzir, o capital é destruído parcialmente), os capitalistas decidem aumentar em certa medida o nível de produção (conforme atestam a elevação do nível de utilização da capacidade instalada, do índice de horas trabalhadas e a diminuição do desemprego no ano 2000). Contudo, os mecanismos de superação da superprodução no Modo de Produção Capitalista ainda não tinham atuado de forma a deixar para trás a superprodução que enfrentava a economia brasileira. Assim, o que ocorreu foi apenas uma variação positiva ainda maior dos estoques da economia.

Dado o nível de crescimento econômico alcançado no referido ano, no entanto, julgamos que outros fatores, além da elevação dos estoques, foram responsáveis por tal crescimento e, portanto, retificamos a necessidade de um estudo mais detalhado deste ano.

Voltando a análise dos indicadores, temos que, uma vez constatado que a recuperação da economia ainda não estava em processo, os capitalistas abortam a elevação da produção e os indicadores estabilizam em 2001 (alguns caem, outros se elevam, mas todos em pequena medida).

Este tipo de estabilização da atividade econômica é característica da fase de depressão. É precisamente por este quadro se apresentar durante o período analisado que julgamos que é em 2000 que ocorre a passagem da fase de Crise para a fase de Depressão.³

Com o processo de destruição de capitais aproximando-se do fim, portanto, a demanda começa a dar sinais de reação, conforme mostram os dados abaixo:

Tabela 17 - Consumo Final na Economia brasileira (variação anual em %):

Anos	2000	2001
Variação Real	3,03	1,16

Fonte: IBGE/SCN 2000 anual.

³ É importante mencionar que somente um estudo mais detalhado seria capaz de precisar a data exata desta passagem;

Tabela 18 - Consumo Final das Famílias na Economia brasileira (variação anual em %):

Anos	2000	2001
Varição Real	3,93	0,67

Fonte: IBGE/SCN 2000 anual.

O aumento da taxa de crescimento do consumo em 2000 nos mostra que, de fato, a elevação do nível de atividade econômica não teve como consequência apenas o aumento dos estoques. Embora o indicador do consumo tenha caído novamente em 2001, já não caiu a um nível mais baixo do que o apresentado em 1999. Aqui, a economia ensaia sua recuperação.

Além disso, mais uma vez devido à proximidade do término da destruição de capitais, a confiança do setor financeiro aumenta, apesar da queda dos índices de inadimplência, e as operações de crédito na economia aumentam consideravelmente conforme demonstram os dados que seguem:

Tabela 19 - Inadimplência na Economia brasileira (média anual dos índices mensais em t-3):

Anos	2000	2001
Índice	5,77	7,49

Fonte: ACPS/IEGV.

Tabela 20 - Inadimplência na Economia brasileira (média anual dos índices mensais em t-4)

Anos	2000	2001
Índice	5,75	7,59

Fonte: ACPS/IEGV.

Tabela 21 - Evolução das Operações de Crédito na Economia brasileira (EM R\$ MILHÕES):

Anos	2000	2001
Operações de Crédito	3.591.659	3.976.566
Varição anual em %	5,76	10,72

Fonte: Banco Central do Brasil Boletim/Moeda.

Com o quadro anteriormente apontado, seria de se esperar que os investimentos no período estivessem baixos. E é precisamente o que nos mostra a evolução da Formação Bruta de Capital Fixo apresentada na tabela a seguir.

Tabela 22 - Formação Bruta de Capital Fixo (variação real anual em %):

Anos	2000	2001
Varição	5,03	0,44

Fonte: IBGE/SCN 2000 anual.

Julgamos, portanto, que os dados aqui apresentados são suficientes para atestar o que dissemos. Ou seja, que o período iniciado no ano 2000 e que se estende até o ano de 2001 corresponde à depressão do ciclo econômico iniciado em 1998.

3.3 2002 A 2005: ANIMAÇÃO MÉDIA

A crise no Modo de Produção Capitalista tem por função realizar um “saneamento” da economia, expulsando os produtores menos competentes do mercado. Como estes produziam com custos de produção muito altos, a sua saída do mercado faz com que o preço de produção de mercado, via de regra, seja reduzido e estimula a demanda. A transferência de parte destes produtores para outros ramos menos lucrativos também estimula a demanda através da ampliação dos mercados. Na busca dos novos mercados abertos, os produtores restantes, desta forma, iniciam o processo de aumento do ritmo da produção, o que pode ser evidenciado pelos dados elencados a seguir:

Tabela 23 - Variação de Estoques na Economia brasileira em R\$(milhões):

Anos	2002	2003	2004	2005
Variação de Estoques	-2.811,00	8.381,00	19.817,00	5.739,00

Fonte: IBGE/SCN 2000 anual.

Tabela 24 - Utilização da Capacidade Instalada da Indústria de Bens de Capital Brasileira em %:

Anos	2002	2003	2004	2005
Utilização da Capacidade Instalada	71,93	72,73	79,30	82,33

Fonte: FGV/Conj. Econômica.

Tabela 25 - Utilização da Capacidade Instalada da Indústria Brasileira de Bens de Consumo em %:

Anos	2002	2003	2004	2005
Utilização da Capacidade Instalada	74,65	76,15	78,35	80,15

Fonte: FGV/Conj. Econômica.

Tabela 26 - Horas Trabalhadas na Indústria (média anual dos índices mensais, com 2006 = 100):

Anos	2002	2003	2004	2005
Horas Trabalhadas	92,83	92,67	96,75	99,82

Fonte: CNI.

Tabela 27 - Taxa de Desemprego Aberto de Regiões Metropolitanas Brasileiras (ref. 30 dias) em %:

Anos	2002	2003	2004	2005
Taxa de Desemprego	7,88	12,32	11,48	9,83

Fonte: IBGE/PME Antiga e IBGE/PME.

Antes de mais nada, devemos fazer aqui uma consideração. A partir de 2003, passamos a utilizar outro indicador para o desemprego das regiões metropolitanas da economia brasileira. Em virtude disto, a variação entre 2002 e 2003 deve ser desconsiderada. Para se ter uma idéia, mesmo com dados de 2002 começando em março, a média do desemprego deste novo indicador é 11,66, a qual acreditamos que seria maior com dados dos primeiros meses do ano. Passamos a utilizar outro

indicador em virtude de quebra da continuidade do primeiro indicador utilizado e não utilizamos este último desde o começo obviamente devido à data de início dos seus cálculos.

De volta à nossa análise, os dados evidenciam que aqui está sendo iniciado o processo de recuperação da economia brasileira. A estabilidade apresentada na fase anterior do ciclo dá lugar a uma trajetória de crescimento cada vez mais ascendente. A evolução dos índices de horas trabalhadas e a diminuição da taxa de desemprego na economia atestam que os capitalistas, pelas razões expostas no início da presente seção, começam a aumentar a produção, não através de novos investimentos em capital fixo, mas sim através da contratação de novos trabalhadores e do aumento do investimento em capital circulante constante, obviamente. Isto é característico dos períodos de reanimação da economia, pois tanto os capitalistas não se sentem seguros para investir, como também não têm necessidade, em virtude da presença de uma considerável capacidade ociosa. Conforme a produção aumenta, no entanto, esta última diminui progressivamente, conforme nos atestam os dados da utilização da capacidade instalada.

O crédito, por sua vez, estimula também o consumo, uma vez recobrada a confiança do setor financeiro. Isto pode ser visto através da análise dos dados relativos ao setor financeiro:

Tabela 28 - Inadimplência na Economia brasileira (média anual dos índices mensais em t-3):

Anos	2002	2003	2004	2005
Índice	6,36	5,17	4,20	4,96

Fonte: ACPS/IEGV.

Tabela 29 - Inadimplência na Economia brasileira (média anual dos índices mensais em t-4):

Anos	2002	2003	2004	2005
Índice	6,38	5,22	4,32	5,04

Fonte: ACPS/IEGV.

Tabela 30 – Evolução das Operações de Crédito na Economia brasileira:

Anos	2002	2003	2004	2005
Número de Operações de Crédito	4.253.802	4.667.461	5.475.506	6.587.008
Variação anual em %	6,97	9,72	17,31	20,30

Fonte: Banco Central do Brasil Boletim/Moeda.

Em resposta a essa nova conjuntura, o consumo começa a aumentar, como mostram os dados a seguir, exceto pelo ano de 2003, que constitui também uma deformação do ciclo:

Tabela 31 - Consumo Final na Economia Brasileira (variação real anual em %):

Anos	2002	2003	2004	2005
Variação Real Anual	2,60	-0,29	3,88	3,94

Fonte: IBGE/SCN 2000 anual.

Tabela 32 - Consumo Final das Famílias na Economia Brasileira (variação real anual em %):

Anos	2002	2003	2004	2005
Varição Real Anual	1,82	-0,65	3,81	4,52

Fonte: IBGE/SCN 2000 anual.

É evidente que, uma vez crescendo o consumo, não só das famílias, como também da economia como um todo, não haveria como a indústria continuar expandindo a sua produção através da elevação da Utilização da Capacidade Instalada. Desta forma, timidamente, os investimentos começam a crescer na economia. Vejamos os dados:

Tabela 33 - Formação Bruta de Capital Fixo (variação real anual em %)

Anos	2002	2003	2004	2005
Varição Real	-5,23	-4,59	9,12	3,63

Fonte: IBGE/SCN 2000 anual.

A abrupta elevação do ano de 2004 explica-se não só pelas quedas consecutivas deste indicador nos anos anteriores, que fez com que um crescimento pequeno, em relação às condições normais, tomasse a aparência de um crescimento significativo, mas também se explica pela própria peculiaridade do ano que é indicada por nós como objeto de estudo de análises posteriores.

Caracterizada a fase de reanimação, percebe-se, portanto, que a economia brasileira, no ano de 2005, rumava claramente para o auge do ciclo econômico.

3.4 2006 AO SEGUNDO TRIMESTRE DE 2008: AUGÉ

É no auge que a economia atinge o mais alto nível de atividade do ciclo econômico. O que ocorre é que o início dos estímulos ao Setor I, durante a fase de reanimação média do ciclo, faz com que a demanda seja cada vez mais estimulada. O crescimento desta, por sua vez, faz com que os capitalistas que conseguiam aumentar sua produção através da utilização da capacidade instalada atinjam também o limite desta. Este ciclo vicioso mantém-se até que, estimulados não só pelo aumento da demanda, mas também pela concorrência, os capitalistas conseguem ampliações na capacidade produtiva suficientes para suprir o crescimento da procura. Uma vez constatado esse quadro, cessa o estímulo ao Setor I.

No prosseguimento da análise, devemos primeiramente constatar o aumento no ritmo da produção acarretado pelos primeiros investimentos, os quais foram apresentados no ponto anterior.

Tabela 34 - Utilização da Capacidade Instalada da Indústria de Bens de Capital Brasileira em %:

Anos	2006	2007
Utilização da Capacidade Instalada	82,04	85,74

Fonte: FGV/Conj. Econômica.

Tabela 35 - Utilização da Capacidade Instalada da Indústria de Bens de Consumo Brasileira em %:

Anos	2006	2007
Utilização da Capacidade Instalada	80,10	83,08

Fonte: FGV/Conj. Econômica.

Tabela 36 - Horas Trabalhadas na Indústria (média anual dos índices mensais, com 2006 = 100):

Anos	2006	2007
Horas Trabalhadas	100,00	106,28

Fonte: CNI.

Tabela 37 - Taxa de Desemprego Aberto de Regiões Metropolitanas Brasileiras (ref. 30 dias) em %:

Anos	2006	2007
Taxa de Desemprego	9,98	9,29

Fonte: IBGE/PME.

A economia, como vemos, aqueceu-se ainda mais neste período motivada pelo estímulo à demanda provocado pelos investimentos iniciais. Esse estímulo à demanda pode ser observado através dos seguintes dados:

Tabela 38 - Consumo Final na Economia brasileira (variação real anual em %):

Anos	2006	2007
Variação Real Anual	4,55	5,90

Fonte: IBGE/SCN 2000 anual.

Tabela 39 - Consumo Final das Famílias na Economia brasileira (variação real anual em %):

Anos	2006	2007
Variação Real Anual	5,20	6,30

Fonte: IBGE/SCN 2000 anual.

Entretanto, como já dissemos, os capitalistas não poderiam responder a este estímulo somente através da contratação de novos trabalhadores ou do aumento do tempo de funcionamento dos equipamentos. Era necessário investir. E, como mostram os dados seguintes, o aquecimento da economia se deu de uma só vez, estimulando o Setor I:

Tabela 40 - Formação Bruta de Capital Fixo (variação real anual)

Anos	2006	2007
Variação Real	9,77	13,49

Fonte: IBGE/SCN 2000 anual.

O estímulo ao Setor I, através da corrida aos investimentos, criou, portanto, uma superprodução latente na economia. Tornava-se necessário apenas o surgimento de um agente deflagrador para se configurar a situação de crise.

A crise, contudo, é ainda postergada pelo aumento da oferta de crédito. A efervescência deste setor, apenas conseguiu adiar temporariamente a eclosão do fenômeno, pois ele também se manifesta através do dinheiro como meio de pagamento. A indicação disto pode ser vislumbrada

pelo aumento do índice de inadimplência, que, até então, vinha em trajetória de queda e pelo aumento mais expressivo da oferta de crédito.

Tabela 41 - Inadimplência na Economia brasileira (média anual dos índices mensais em t-3)

Anos	2006	2007
Índice	5,31	5,44

Fonte: ACPS/IEGV.

Tabela 42 - Inadimplência na Economia brasileira (média anual dos índices mensais em t-4)

Anos	2006	2007
Índice	5.43	5.55

Fonte: ACPS/IEGV.

Tabela 43 - Evolução das Operações de Crédito na Economia brasileira (em R\$ MILHÕES):

Anos	2006	2007
Operações de Crédito	7.975.695	9.856.440
Varição anual em %	21,08	23,58

Fonte: Banco Central do Brasil Boletim/Moeda

Alimentada pelo crédito, que cresceu 31,87% em 2008, a efervescência econômica persistiu até o final do terceiro trimestre deste ano. Os dados anuais mostram uma variação real no consumo final e no consumo das famílias neste ano de 5,64 e 7,05, respectivamente. Para acompanharem a demanda, os capitalistas não só investem, conforme mostra a variação real da Formação Bruta de Capital Fixo de 13,36, como também, antes da maturação dos investimentos, aumentam a utilização da capacidade instalada (87,88, para a indústria de bens de capital, e 84,91 para a indústria de bens de consumo).

Esta situação, entretanto, não poderia ser sustentada durante período prolongado. Não só se iniciavam os impactos do agente deflagrador da crise (o estouro da bolha imobiliária norte-americana) na economia brasileira, como apareciam as pressões internas que levariam a crise a ser deflagrada, como, por exemplo, o aumento dos níveis de inadimplência (6,50, em t-3 e 6,57, em t-4).

No próximo ponto, portanto, nos empenharemos para demonstrar através de uma lista de fatos econômicos ocorridos durante parte do terceiro trimestre e durante o quarto trimestre de 2008, que já no final do primeiro a economia brasileira começou a entrar em crise.

3.5 TERCEIRO TRIMESTRE DE 2008: CRISE

Como já mencionamos anteriormente, para determinar com maior precisão a data de passagem de uma fase a outra do ciclo, ou seja, o momento preciso onde ocorre a transformação de

quantidade em qualidade, é preciso uma análise cada vez mais minuciosa conforme aumenta o nível de precisão buscado.

O crescimento da economia brasileira em 2008 já se apresenta menor que o do ano anterior, mas esta diminuição não foi tão expressiva. Isto porque a utilização das estatísticas anuais mascarou o início da crise. Como esta se manifestou a partir do terceiro trimestre, como já dissemos, os dados do ano de 2008 não foram muito “prejudicados”. Este é precisamente um dos fatores que dificulta a identificação precisa do momento de deflagração da crise econômica. O outro consiste no fato de que, mesmo utilizando-se de estatísticas mensais, a análise pode ser prejudicada pela sazonalidade.

Diante disto, diferentemente do que foi feito em relação a crise que deu início a este ciclo que vai de 1998 a 2008, conseguimos apontar precisamente a deflagração da crise do ciclo atual em virtude da utilização das análises semanais de conjuntura elaboradas pelo Projeto de Globalização e Crise na Economia Brasileira, PROGEB.

Vamos, portanto, aos fatos:

Nos meados do ano de 2007, iniciou-se uma crise no mercado imobiliário americano, o que foi chamado de crise do subprime. Embora os dirigentes políticos e as autoridades econômicas do nosso país garantissem que esta perturbação não afetaria a economia brasileira, era evidente que as coisas não se dariam desta forma. Para nós, aquele era o agente deflagrador do início da etapa de crise do ciclo econômico mundial. Portanto, era perfeitamente previsível que, mais cedo ou mais tarde, a economia brasileira também entraria em crise. E foi precisamente o que ocorreu.

Em agosto já apareciam os sinais da destruição de capital com a queda da produção industrial atingindo 1,3%. Em setembro, somente no dia 10, a Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa), tendo caído 6,4% em todo o mês de agosto, caiu 4,5%. As ações das empresas brasileiras despencaram, perdendo, de maio até meados de setembro, 30,8% do seu valor de mercado, o que representa uma quantia de US\$432 bilhões.

Em outubro, o “arrocho” do crédito já despontava com a redução dos prazos de financiamento e elevação das taxas de juros. A Bovespa, que já havia operado acima dos 70.000 pontos, operava próximo aos 35.000. Além disso, foi precisamente neste mês que o lado real da economia começou a dar sinais mais claros de estar sendo atingido. Iniciou-se nele o processo de restrição do nível de produção através de processos de férias coletivas.

Em novembro, o apelo às férias coletivas continuou e algumas demissões começaram a ocorrer, pois o quadro de superprodução já estava se desenhando. A indústria automobilística, por exemplo, fechou esse mês com 305.000 carros nos pátios a espera de compradores, um estoque que, segundo a Associação Nacional de Fabricantes de Veículos Automotores, estava gerando um custo de 12 bilhões.

Em dezembro, já se constatava que a Companhia Vale havia demitido 1.300 funcionários e havia dado férias coletivas a outros 5.500. Além disso, com o cancelamento de 7 bilhões em investimentos que seriam realizados no setor da construção civil, o Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil de São Paulo já esperava que, até o final do ano, cerca de 100 mil funcionários perdessem o emprego.

A variação real de estoques, que em 2007 já apresentava um valor de R\$23,624 bilhões, alcança R\$37,490 bilhões, aproximadamente, em 2008.

Desta forma, temos um quadro de superprodução generalizada em 2008 (superprodução, não só de mercadorias, mas também de capitais), o qual se tentou controlar, sem sucesso, através de processos de férias coletivas e de demissões, medidas que apenas restringiram mais a demanda. Tendo em vista a descrição da conjuntura econômica deste ano feita por nós, não restam dúvidas de que, no final de setembro, deflagrou-se a etapa de crise do ciclo econômico brasileiro.

4 UTILIZANDO A ANÁLISE DO CÍCLICA PARA EXPLICAR O PRSENTE:

Chegamos a um ponto crucial da nossa análise. Tentaremos demonstrar aqui como a análise do último ciclo econômico da economia brasileira pode explicar o que se passa atualmente com esta economia. Para tanto, vamos fazer algumas considerações sobre o novo ciclo econômico no qual ela entra a partir do terceiro trimestre de 2008. Não é um objetivo nosso, no entanto, repetir o mesmo processo de periodização que levamos a cabo anteriormente pra o ciclo anterior.

Para fazer um panorama geral da economia brasileira atualmente, vejamos os seguintes dados:

Tabela 44 - Formação Bruta de Capital Fixo (variação real anual em %):

Anos	2008	2009	2010
Varição real anual (%)	13,57	-10,30	21,85

FONTE: IBGE/SCN 2000 anual.

Tabela 45 – Utilização da Capacidade Instalada da Indústria (%):

Anos	2008	2009	2010
Capacidade Instalada	85,19	80,23	84,75

Fonte: FGV/Conj. Econ.

Tabela 46 – Horas Trabalhadas na Indústria (média anual dos índices mensais):

Anos	2008	2009	2010
Índices	108,73	100,34	107,55

Fonte: CNI.

Tabela 47 – Desemprego Aberto da Economia Brasileira (ref. 30 dias) (média das taxas mensais em %):

Anos	2008	2009	2010
Taxa	7,9	8,1	6,7

Fonte: IBGE/PME.

A observação dos dados apresentados nas tabelas 44 a 47 juntamente com os dados da figura 1 demonstram não só uma rápida saída da crise na economia brasileira como também que esta crise foi de pequena intensidade. Em menos de dois anos, a economia do nosso país passou pelas fases de crise e depressão do novo ciclo⁴, além disso, o impacto na economia está longe de ser tão forte quanto o sofrido na crise anterior, por exemplo. Isto porque, como vemos, apenas os investimentos sofrem um impacto considerável. A queda no desemprego é praticamente insignificante (visto que boa parte da redução do nível de produção foi feita via férias coletivas) e os demais indicadores caem um pouco em 2009, mas logo se recuperam no ano seguinte.

Além disso, atesta-se que a economia brasileira passa por um processo atípico de recuperação: o início da fase de animação média é marcado por um crescimento que supera o auge do ciclo anterior.

Vamos expor, portanto, segundo a nossa visão, porque a economia brasileira foi tão pouco afetada pela última crise cíclica de superprodução.

4.1 A ECONOMIA BRASILEIRA E SEU CRESCIMENTO ATROFIADO DURANTE O CICLO 1998-2008:

Em seu artigo “A Performance de Crescimento do Brasil: uma perspectiva comparativa com os gigantes asiáticos⁵” (tradução livre), Nazmi e Revilla (2010) fazem uma análise da magnitude do crescimento econômico brasileiro. Já no início do artigo, ao compararem a economia brasileira com países de estrutura econômica similar, como China e Índia, por exemplo, os autores chegam a conclusão preliminar de que o Brasil experimentou um baixo ritmo de crescimento econômico nos anos 1990 e 2000. Nota-se inclusive uma certa tentativa de superestimar o crescimento do país, visto que, no início deste artigo diz-se: “Nos últimos anos, o crescimento no Brasil tem sido robusto e bem acima da média de crescimento mundial desde 1980. Esta performance de crescimento, contudo, tem sido decepcionante quando comparada às taxas atingidas por China e Índia, outras economias de mercado emergentes de grande dimensão territorial.⁶”

⁴ Para apontar o ponto exato de passagem, seria necessária uma análise mais minuciosa, semelhante a que foi feita no ponto 3.5. Contudo, como dissemos, não é nosso objetivo periodizar o novo ciclo;

⁵ “Brazil’s Growth Performance: a comparative perspective to Asian giants”;

⁶ “Over the several years, growth in Brazil has been robust and well above the country’s average growth rate since 1980. This, growth performance, however, has been disappointing when compared to those achieved by other geographically large emerging market economies of China and India.” (A tradução da segunda sentença não é

(NAZMI e REVILLA, 2010, p. 8, tradução livre). Para a comprovação da primeira informação apontada, os autores apresentam um gráfico com uma constante que representa a média do crescimento mundial no período e com as taxas de crescimento da economia brasileira. Contudo, os autores certamente não se deram conta de que o valor que eles apresentam para a média do crescimento mundial nesse período é de aproximadamente 2,8% e a média do crescimento do experimentado pelo Brasil no mesmo período (1982-2008) é de 2,79%, o que invalida a informação veiculada e externaliza uma superestimação do desempenho brasileiro.

Sem nos enveredarmos pela discussão dos fatores que levam a economia brasileira a ter taxas de crescimento tão baixas, apontamos este crescimento insatisfatório experimentado por nossa economia como um dos fatores que contribuíram para a diminuição da força da última crise de superprodução pela qual passou. Nossa argumentação para defender tal ponto de vista é bem simples.

Não só a teoria nos afirma, como também temos demonstrado através de vários dados que as crises nos países capitalistas são crises de superprodução, uma superprodução de capitais sob todas as formas. Sua função, por sua vez, é a destruição do capital em excesso. Assim, se o país estava a crescer a um ritmo abaixo do que o que sua economia era capaz, ao se chegar à fase de superprodução do ciclo, a destruição de capitais será igualmente reduzida, pois não há um excesso de capitais considerável a ser destruído.

4.2 AS POLÍTICAS ANTICÍCLICAS DO GOVERNO:

O segundo fator responsável pela diminuição da força da crise na economia brasileira foi a justeza das medidas anticíclicas adotadas pelo governo. Dentro destas podemos encontrar tanto medidas de política monetária expansionista, como de política fiscal expansionista.

No seu artigo “Avanços, Recuos, Acertos e Erros: uma análise da resposta da política econômica brasileira à crise financeira internacional”, Araújo e Gentil (2010) fazem um apanhado das medidas anticíclicas adotadas pelo governo brasileiro após ser deflagrada a crise no país. Algumas destas medidas foram ineficazes; outras, no entanto, ao nosso ver, cumpriram totalmente o objetivo a que se propunham. Nossa atenção estará voltada para estas últimas.

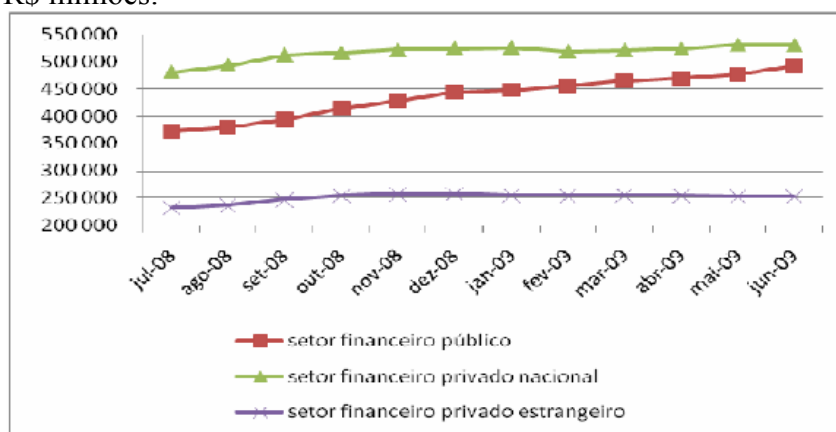
No grupo das políticas monetárias expansionistas eficazes adotadas pelo governo podemos citar a redução da Taxa Básica de Juros, a Selic, de 13,75% a.a. (janeiro de 2009), para 8,75% a.a. (junho de 2009) e a expansão do crédito através da utilização dos bancos públicos (Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social, BNDES).

exatamente a tradução literal, mas, segundo nossa opinião, é a melhor forma de apresentar em português o que foi dito pelos autores);

Estas duas medidas em conjunto estimularam tanto o aumento do consumo, como dos investimentos, pois barateou e facilitou os empréstimos a pessoa física e jurídica. São precisamente tais medidas que explicam a manutenção de uma alta taxa de crescimento das operações de crédito na economia brasileira mesmo depois de ter sido deflagrada a crise. Este indicador cresceu 20,33% e 18,80% em 2009 e 2010, respectivamente (BCB Boletim/Moeda).

O esforço do governo para a manutenção destas taxas de crescimento pode ser evidenciado pelo seguinte gráfico apresentado por Araújo e Gentil (2010):

FIGURA 5 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO DO SISTEMA FINANCEIRO POR PROPRIEDADE DE CAPITAL – R\$ milhões:



Fonte: Araújo e Gentil (2010, p. 7).

Dentro do segundo conjunto de medidas, as quais foram “a resposta mais contundente do governo brasileiro à crise” (ARAÚJO e GENTIL, 2010, p. 8), estão as medidas de desoneração fiscal adotadas para o setor automobilístico, para os eletrodomésticos da “linha branca”, para materiais de construção e para o setor moveleiro. O montante de recursos gastos nestas medidas foi o equivalente a 0,3% do PIB (ARAÚJO e GENTIL, 2010, p. 10), o que, se considerarmos a meta de 2,5% do PIB para o superávit primário em 2009, é significativa. Mas, o que mais chama atenção nestas medidas de desoneração fiscal é a eficiência alcançada por elas. Ao contrário de outros países que tentaram dar recursos a consumidores e bancos, esperando que, de alguma forma estes recursos fossem drenados pelo mercado, a expansão fiscal brasileira estava estritamente vinculada ao consumo. Caso não fosse para consumir, e conseqüentemente, estimular a economia, o governo não abriria mão de recursos.

Ainda dentro deste segundo grupo de medidas, podemos citar o aumento do investimento público (cuja taxa de crescimento, depois de se manter por alguns anos na faixa dos 2,5%, passou

para 3,71% em 2008 e 4,38% em 2009 (ARAÚJO e GENTIL, 2010, p. 11)) e programas assistenciais como Minha Casa Minha Vida (ARAÚJO e GENTIL, 2010, p. 8).

5 CONCLUSÕES:

Diante de tudo que foi exposto no presente trabalho, podemos agora definir o que causou a crise econômica pela qual passou a economia mundial. Não nos restam dúvidas de que, tendo o estouro da bolha imobiliária do setor financeiro norte-americano como agente deflagrador, esta é mais uma Crise Cíclica de Superprodução enfrentada pelo Modo de Produção Capitalista.

Além disso, podemos afirmar que a entrada da economia brasileira na crise é fruto da sua própria dinâmica interna e da relação desta com a dinâmica da economia mundial, ou seja, representa a entrada na fase de crise de um novo ciclo econômico.

Concluimos também que o ciclo analisado apresenta deformações pontuais nos anos 2000, 2003 e 2004. Não sabemos as causas de tais deformações. Estas podem inclusive ser fruto das mudanças nas metodologias de cálculo dos indicadores. Entretanto, cabe aos futuros analistas da situação a identificação de tais causas.

Além disso, para o ciclo econômico brasileiro que vai de 1998 a 2008, temos a seguinte periodização: crise (1998 e 1999), depressão (2000 e 2001), animação média (2002 a 2005), auge (2006 ao segundo trimestre de 2008). A entrada no Novo ciclo, por sua vez, acontece no terceiro trimestre de 2008 com a deflagração da crise na economia brasileira.

Por fim, concluimos que a rápida saída da economia brasileira desta crise de superprodução, assim como a pequena intensidade desta na economia brasileira é fruto de dois fatores. O primeiro deles foi o fraco crescimento experimentado por esta economia durante o ciclo analisado, e o segundo é constituído pelas políticas anticíclicas adotadas pelo governo durante a crise. Este segundo fator, inclusive, é também responsável pela deformação cíclica ocorrida em 2010 na economia brasileira, a qual apresenta um elevado nível de atividade econômica durante a fase de animação média do ciclo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ARAÚJO, V. L. e GENTIL, D. L. Avanços, Recuos, Acertos e Erros: uma análise da resposta da política econômica brasileira à crise financeira internacional. In *América Latina e Brasil na Nova Configuração do Capitalismo (Anais do XV Encontro Nacional de Economia Política)*. São Luís: 2010;

GAZETA MERCANTIL. São Paulo: 2008;

MARX, K. *O Capital*. 2ª Ed. São Paulo: Nova Cultural, 1986;

MCCRACKEN, P. *Pleno Emprego e a Estabilidade dos Preços*. 1976;

NAZMI, N. e REVILLA, J. E. *Brazil's Growth Performance: a comparative perspective to the Asian giants*. Springer Science+Business Media, LLC: 2010;

PROJETO DE GLOBALIZAÇÃO E CRISE NA ECONOMIA BRASILEIRA (PROGEB), *Análises Semanais de Conjuntura*, João Pessoa: 2008;

RIBEIRO, N. R. *A Crise Econômica: uma visão marxista*. 1ª Ed. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2008;

RIBEIRO, N. R. *Da Crise às Flutuações: ciência ou ideologia?*. 1ª Ed. João Pessoa: Mestrado de Economia, 2000;

RIBEIRO, N. R. **A Acumulação do Capital no Brasil: expansão e crise**. Tese (Doutorado em Economia) – Instituto Superior de Economia, Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa: 1988;

www.ipeadata.gov.br